

Processo: 1077088
Natureza: AUDITORIA
Jurisdicionado: Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Guiricema
Exercício: 2019
Responsáveis: Ari Lucas de Paula Santos, Antônio Vaz de Melo (01/01/2009 a 31/12/2016), Aislan Emygdio de Moura Oliveira, Roberto Antônio Ferreira (01/01/2017 a 01/01/2019), Saulo Magno Silva (02/01/2013 a 31/12/2016), José Oscar Ferraz
Procuradores: Davi Leonard Barbieri, OAB/MG 85.384, Jésus Irineu Ribeiro Filho, OAB/MG 110.289
MPTC: Daniel de Carvalho Guimarães
RELATOR: CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA

SEGUNDA CÂMARA – 10/2/2022

AUDITORIA. MUNICÍPIO. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTABILIZAÇÃO DE RECEITA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TEMPESTIVIDADE. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL. CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR. CUSTEIO DE PENSÕES. AUXÍLIO-DOENÇA. CONSELHOS MUNICIPAIS. BASE CADASTRAL. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS. ACESSIBILIDADE A INFORMAÇÕES. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. PARCELAMENTO. CONVÊNIO. TERMO DE ADESÃO. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DANO. REGULARIZAÇÃO FISCAL E PREVIDENCIÁRIA. PROCEDÊNCIA DOS APONTAMENTOS. APLICAÇÃO DE MULTA. DETERMINAÇÕES. RECOMENDAÇÕES.

1. Aplica-se multa em relação aos apontamentos relativos à ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias e de repasse de recursos legalmente previstos, uma vez que decorreram da inobservância de mandamentos legais expressos, tais como o art. 40, *caput*, da Constituição da República, o art. 25, I, da Lei Complementar Municipal n. 499/08 e os arts. 2º, 3º e 5º da Lei Complementar n. 641/13, o que evidencia, pois, a falta de cautela, inerente à culpa grave, do então chefe do Poder Executivo, autorizando-se a responsabilização do agente, nos termos do art. 28 da LINDB.
2. O Executivo municipal deverá regularizar o pagamento das contribuições patronais, das contribuições suplementares e dos valores correspondentes ao auxílio-doença, com as devidas correções.
3. A compensação entre os regimes deve ser providenciada pelo instituto de previdência, mediante a celebração de convênio ou de termo de adesão, conforme estabelece o § 2º do art. 1º da Lei n. 9.717/1998.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por maioria, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, em:

- I) julgar procedentes os apontamentos do relatório técnico, exceto em relação ao item 2.15, conforme a apreciação realizada em cada um dos itens da fundamentação desta decisão;
- II) determinar ao Município e ao Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Guiricema – IPREV que seja dado conhecimento ao Tribunal das medidas adotadas acerca das recomendações e determinações que constam desta decisão, no prazo de 90 (noventa) dias, e à Secretaria da Câmara que faça o monitoramento do prazo estabelecido;
- III) aplicar multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) ao Senhor Ari Lucas de Paula Santos, prefeito de Guiricema à época dos fatos, sendo R\$1.000,00 (mil reais) por apontamento, em relação aos “Achados” elencados no relatório de auditoria sob os nºs 2.9 a 2.12, relativos à ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias e de repasse de recursos legalmente previstos ao IPREV, nos termos do voto-vista do Conselheiro Cláudio Couto Terrão;
- IV) determinar a intimação dos responsáveis, de acordo com o disposto no inciso I do § 1º do art. 166, do Regimento Interno, do Prefeito do Município de Guiricema e do atual Diretor do IPREV, pelo DOC e por via postal, para ciência das determinações e recomendações dirigidas à autarquia, contidas na decisão;
- V) determinar que seja encaminhada cópia da decisão à Presidência para autorizar a instauração de tomada de contas especial;
- VI) determinar, após o trânsito em julgado da decisão, o arquivamento dos autos, segundo a regra do inciso I do art. 176 do citado diploma regimental.

Votaram o Conselheiro Cláudio Couto Terrão e o Conselheiro em exercício Adonias Monteiro. Vencido, em parte, o Conselheiro Wanderley Ávila.

Presente à sessão a Procuradora Sara Meinberg.

Plenário Governador Milton Campos, 10 de fevereiro de 2022.

WANDERLEY ÁVILA
Presidente e Relator

CLÁUDIO COUTO TERRÃO
Prolator de voto vencedor

(assinado digitalmente)

NOTAS TAQUIGRÁFICAS
SEGUNDA CÂMARA – 25/11/2021

CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

I – RELATÓRIO

Trata-se de auditoria de conformidade realizada em agosto de 2019 no Regime Próprio de Previdência Social do Município de Guiricema, gerido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Guiricema – IPREV.

A autarquia foi criada em 2000 (Lei nº 302/2000¹) e reestruturada em 2008 (Lei Complementar nº 499/2008).

Concede os seguintes benefícios previdenciários aos seus segurados: aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade, salário-família. Aos dependentes são assegurados a pensão por morte e o auxílio-reclusão.

O IPREV é constituído por uma Diretoria Executiva (o Diretor tem mandato de quatro anos), um Conselho Municipal de Previdência e um Comitê de Investimento (os membros têm mandato de dois anos) e, por fim, por um Conselho Fiscal, cujos membros têm mandato de três anos.

A despesas administrativas estão limitadas ao teto de 2% da arrecadação da remuneração total dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

O custeio das aposentadorias e pensões anteriores à EC nº 41/2003 é de responsabilidade do Poder Executivo municipal, conforme o disposto no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 641/2013 (peça nº 16), mas tal custeio é administrado pelo IPREV.

O regime próprio contava em junho de 2019 com duzentos e setenta e sete segurados.

São as informações iniciais que constam do processo.

Conforme o relatório técnico (peça nº 47), a auditoria teve por objeto verificar a consistência da base cadastral, a correção e a tempestividade das contribuições previdenciárias, a correção do valor da taxa de administração em 2018, o cumprimento dos termos de parcelamento, a compensação previdenciária e a boa gestão dos recursos.

A autuação e a distribuição ocorreram em 10/10/2019 (peça nº 1).

O processo foi digitalizado em 30/8/2020 (peça nº 51), em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 2-A da Portaria nº 20/PRES./2020.

O relatório apontou irregularidades (fls. 49–50 da peça nº 50 e peça nº 47).

Determinei a citação dos responsáveis (fls. 58 da peça nº 50); manifestaram-se Saulo Magno Silva e Antônio Vaz de Melo (certidão a fls. 128 da citada peça).

Concluídas as providências de citação e de juntada de documentos, houve nova manifestação do órgão técnico; propôs a celebração de termo de ajustamento de gestão para regularização das falhas e manteve os apontamentos de irregularidades em relação a Ari Lucas de Paula

¹ Lei citada no relatório, a fls. 13v da peça nº 50. De acordo com a Lei Complementar nº 499/2008, a autarquia foi criada pela Lei nº 346/2002 (art. 1º, parágrafo único).

Santos (achados 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12 e 2.14), Aislan Emygdio Moura Oliveira (achados 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.7, 2.13, 2.14 e 2.15) e Roberto Antônio Ferreira (achados 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.15). Propôs também a responsabilização de Saulo Magno Silva, ex-diretor do IPREV, e de Antônio Vaz de Melo, ex-prefeito, em relação aos achados 2.14 e 2.15 (peça nº 52).

O representante do Ministério Público de Contas manifestou-se, acolhendo a propositura de termo de ajustamento de gestão. No caso de não haver a celebração de TAG, opinou pela aplicação de multa e de recomendações, assim concluindo o parecer (peça nº 54):

30. Ante todo o exposto, **OPINO**:

a) pela improcedência dos apontamentos de irregularidade de ausência de convênio com a Secretaria de Previdência Social e de divergência de informações entre os sistemas FISCAP/CAPMG, cabendo recomendação aos atuais gestores para que enviem ao TCEMG os atos de aposentadoria/pensão que ainda estejam em vigor para acompanhamento;

b) em relação aos demais apontamentos de irregularidade, pela propositura de um Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, nos termos do art. 93-A, da LC nº 102/2008, alterada pela LC nº 120/2011, firmando-se compromisso da Prefeitura de Guiricema e do IPREV com o Tribunal de Contas, constando determinação ao Prefeito Municipal e aos atuais Dirigentes do IPREV para que, em prazo razoável, adotem as seguintes providências, com a devida comprovação das diligências nesses autos, sob pena de multa:

b.1) Adequação da base de dados até a próxima avaliação atuarial, conforme § 1º, do art. 13 da Portaria MPS n. 403/08;

b.2) Esclarecimentos quanto à divergência de informações, entre o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial de 2018 e 2019 e as Notas Técnicas Atuariais aplicáveis;

b.3) Revisão da Nota Técnica Atuarial utilizada pelo RPPS, considerando especialmente a expressão de cálculo do Custo Anual para os benefícios estruturados em regime de Repartição por Capitais de Cobertura, conjuntamente com o atuário responsável;

b.4) Revisão na próxima Reavaliação Atuarial o valor atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido na Lei Municipal n. 643/13 para posterior adoção de uma das medidas de equacionamento déficit previstas pelo Art. 53 da Portaria MF n. 464/18;

b.5) Contabilização das Provisões Matemáticas em acordo com os valores apresentados nas Reavaliações Atuariais nos próximos exercícios;

b.6) Especificação na Política de Investimentos de todo o conteúdo mínimo listado pelo Art. 4º da Resolução CMN n. 3.922/10;

b.7) Classificação dos Fundos de Investimentos de sua carteira de acordo com a Planilha de Enquadramento dos Fundos CGACI-RPPS, disponibilizada pela Secretaria de Previdência em seu sítio eletrônico;

b.8) Atualizar a Lei Municipal n. 707 de 24/02/17 para inclusão da forma de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do IPREV;

b.9) Regularizar os pagamentos das contribuições patronais em valores devidamente corrigidos;

b.10) Efetuar, doravante, os pagamentos das contribuições patronais sobre a folha de pagamento dos servidores do IPREV no prazo previsto;

b.11) Restituir ao IPREV os pagamentos realizados referentes a auxílios-doença em valores devidamente corrigidos;

- b.12) Efetuar, doravante, a restituição dos pagamentos de auxílio-doença ao IPREV no prazo previsto;
- b.13) Regularizar os pagamentos da contribuição suplementar em valores devidamente corrigidos;
- b.14) Efetuar, doravante, os pagamentos da contribuição suplementar sobre folha de pagamento dos servidores do IPREV no prazo previsto;
- b.15) Regularizar o pagamento das aposentadorias e pensões de responsabilidade do Executivo Municipal, em valores devidamente corrigidos;
- b.16) Efetuar, doravante, o pagamento das aposentadorias e pensões de responsabilidade do Executivo Municipal dentro do prazo estabelecido;
- b.17) Exercer, de maneira efetiva, a fiscalização da administração geral do IPREV, mediante a verificação da atuação e funcionamento dos conselhos e comitês vinculados ao Regime Próprio do Município de Guiricema;
- b.18) Adotar as providências necessárias a fim de que o Município de Guiricema, tendo o IPREV como interveniente, celebre o convênio com o RGPS/INSS, a fim de viabilizar a operacionalização da compensação previdenciária, preservando-se as relações jurídicas entre as partes e evitando-se a consumação do prazo de prescrição estabelecido no § 3º do art. 16 da Portaria n.º 6209/99 do Ministério da Previdência Social;
- c) Sucessivamente, não havendo TAG, pela procedência dos apontamentos de irregularidades detectados pela unidade de auditoria, à exceção daqueles analisados no item a, e pela aplicação de multa aos responsáveis, nos termos do inciso I do art. 83 c/c o inciso II do art. 85 da Lei Complementar nº 102/2008, pelas ilicitudes descritas na fundamentação acima (**achados de 2.1 a 2.15**), resumidas da seguinte forma:

Responsáveis	Qualificação	Itens dos Achados
Aislan Emygdio Moura Oliveira	Diretor Executivo do IPREV	2.1;2.2;2.3;2.4;2.5;2.7;2.13,2.14;2.15;
Roberto Antônio Ferreira	Ex-Diretor Executivo do IPREV	2.1;2.2;2.3;2.4;2.5;2.6; 2.15
Saulo Magno Silva	Ex-Diretor Executivo do IPREV	2.14,2.15
Ari Lucas de Paula Santos	Prefeito Municipal	2.1;2.2;2.3;2.4;2.8;2.9;2.10,2.11,2.12; 2.14
Antônio Vaz de Melo	Ex-Prefeito Municipal	2.14

Acolhi a proposta de TAG apresentada pelo Ministério Público de Contas (peça nº 54), e determinei inicialmente a intimação, por via postal, do Prefeito de Guiricema, Ari Lucas de Paula Santos, e do diretor do IPREV, Aislan Emygdio Moura Oliveira, em 18/11/2020 (peça 55; acompanhou o despacho uma minuta de TAG).

Como foi eleito, em 2020, um novo Prefeito, José Oscar Ferraz, necessário também se fez colher, previamente, a sua aquiescência e a do novo diretor-executivo do IPREV à minuta proposta, o que se fez em novo despacho deste Relator (peça nº 61).

Não houve manifestação, como está certificado nos autos (peça nº 64).

É o relatório necessário.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – Mérito

O relatório apresentou os achados de auditoria, os quais podem ser assim sintetizados (peça nº 47):

- ☐ As bases de dados utilizadas nas Reavaliações Atuariais de 2018 e 2019 não são satisfatórias, em termos de consistência, completude e atualização;
- ☐ Foi utilizado na Reavaliação Actuarial de 2018 e de 2019 Método de Financiamento em desacordo com o definido nas Notas Técnicas Atuariais;
- ☐ As Notas Técnicas Atuariais aplicáveis em 2018 e em 2019 não possuem todos os elementos mínimos previstos no Anexo da Portaria MPS n. 403/08.
- ☐ Não foi proposto pelo atuário Método de Equacionamento de Déficit Actuarial na Reavaliação Actuarial de 2018 e de 2019;
- ☐ As Provisões Matemáticas foram contabilizadas em desacordo com o indicado nos Relatórios de Reavaliação Actuarial de 2018 e de 2019.
- ☐ A Política de Investimentos de 2019 não contém todos os elementos mínimos exigidos pela Resolução CMN n. 3.922/2010;
- ☐ O Fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M1 TÍT. PÚBL. FIC FI CNPJ 11328882000135 foi classificado em desacordo com o indicado em Planilha disponibilizada pela Secretaria de Previdência;
- ☐ A Lei Municipal nº 707/17, que cria o Comitê de Investimentos do IPREV, não prevê forma de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS;
- ☐ A Prefeitura não está realizando o pagamento da contribuição patronal sobre a folha de pagamento dos seus servidores;
- ☐ A Prefeitura não está realizando a transferência para pagamento de auxílio-doença para o IPREV, nos termos da lei;
- ☐ A Prefeitura não está realizando o pagamento da contribuição suplementar sobre a folha de pagamento dos seus servidores;
- ☐ A Prefeitura não está realizando a transferência para pagamento de auxílio-doença para o IPREV, nos termos da lei;
- ☐ A Prefeitura não está realizando o pagamento da contribuição suplementar sobre a folha de pagamento dos seus servidores;
- ☐ A Prefeitura não está realizando as transferências para pagamento de benefícios (inativos, pensionista) de responsabilidade do Tesouro;
- ☐ O Conselho Municipal de Previdência, o Conselho Fiscal e o Comitê de Investimento foram constituídos, mas não são atuantes;
- ☐ O Município/RPPS não celebrou o convênio com a Secretaria da Previdência Social para fins de compensação previdenciária dos segurados que utilizaram tempo de contribuição no âmbito do RGPS para fins de aposentadoria e pensão;

Divergência de informações entre os sistemas CAPMG e FISCAP;

As irregularidades estão relacionadas nos itens 2.1 a 2.15 do relatório (fls. 20–49, peça nº 50) e serão apreciadas separadamente.

II.1. Itens 2.1 a 2.15

Apontamento 2.1 (fls. 20–21, peça nº 50) – descrição:

“As bases de dados utilizadas nas Reavaliações Atuariais de 2018 e 2019 não são satisfatórias, em termos de consistência, completude e atualização”.

Responsáveis: Ari Lucas de Paula Santos e Antônio Vaz de Melo (01/01/2009 a 31/12/2016),
Prefeitos: Aislan Emygdio Moura Oliveira, Roberto Antônio Ferreira (01/01/2017 a
01/01/2019), Saulo Magno Silva (02/01/2013 a 31/12/2016), diretores do IPREV

O relatório de auditoria apontou que as “bases de dados utilizadas na Reavaliação Atuarial de 2018 e 2019 do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais – IPREV não possuem todas as informações necessárias para a correta mensuração dos resultados da Reavaliação Atuarial”. A análise se fez com fundamento no arts. 12 e 13 da Portaria MPS nº 403/2008, no art. 9º da Lei nº 10.887/2004 e nos dados disponíveis na base cadastral da Previdência Social.

O relatório registrou, em síntese, a falta de informações essenciais na reavaliação de 2019, data de nascimento do segurado, data de nascimento e condição do dependente, valor de remuneração; há também inconsistências na base de inativos: falta de dados como estado civil, sexo e identificador de paridade com os ativos, informação de dependentes, falta de indicação do valor bruto de benefício. Também a reavaliação de 2018 apresenta omissão de dados de ativos e inativos, além “de não haver segregação entre os benefícios concedidos anteriormente à Emenda Constitucional n. 41/03, cujo custeio é de responsabilidade do Executivo Municipal, conforme art. 5º da Lei Municipal n. 641/13, e os concedidos posteriormente, de responsabilidade do RPPS” (fls. 20v).

Diante disso, concluiu o órgão técnico:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal notifique o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais e a Prefeitura Municipal, para que sejam tomadas providências para a adequação da base de dados até a próxima avaliação atuarial, conforme § 1º, do Art. 13 da Portaria MPS n. 403/08.

O representante do Ministério Público de Contas propôs a adequação “da base de dados até a próxima avaliação atuarial, conforme § 1º, do art. 13 da Portaria MPS n. 403/08”.

Acolho a proposta.

Observo, porém, que a portaria citada foi revogada pela Portaria nº 464/2018, a qual dispõe sobre a base cadastral nos arts. 38–41.

A correção da base cadastral é imprescindível. “Quanto mais a base cadastral expressar a real condição dos servidores e suas características, mais merecedores de crédito serão os resultados do cálculo atuarial. [...] Portanto, a completude e a boa qualidade da base de dados, especialmente no sentido da correspondência fiel com a realidade dos segurados envolvidos, é condição fundamental para a exatidão dos valores apurados.”²

Recomendo, portanto, que a adequação da base de dados ocorra até a próxima avaliação atuarial, após a intimação nesses autos, cabendo ao IPREV promover os ajustes cabíveis e sanar a omissão de informações; deverá também segregar os benefícios concedidos anteriormente à Emenda Constitucional nº 41/03, se tal não foi feito, uma vez que o apontamento se referiu à reavaliação de 2018.

O prazo para comunicação ao Tribunal das medidas adotadas será estabelecido no fim do voto, para todos os ajustes cabíveis.

² Luiz Gushiken e outros, *Regime Próprio de Previdência dos Servidores: Como Implementar?*, Ministério da Previdência e Assistência Social, 2002, p. 105–106 (formato pdf).

Apontamento 2.2 (fls. 22v–23, peça nº 50) – descrição:

“Foi utilizado na Reavaliação Atuarial de 2018 e de 2019 Método de Financiamento em desacordo com o definido nas Notas Técnicas Atuariais”.

Responsáveis: Ari Lucas de Paula Santos; Aislan Emygdio Moura Oliveira e Roberto Antônio Ferreira (01/01/2017 a 01/01/2019)

O relatório técnico registrou que a Portaria MPS nº 403/2008 estabelece parâmetros mínimos de prudência para a definição das hipóteses atuariais, regimes financeiros e métodos de financiamento (arts. 3º e 6º). De acordo com as notas técnicas atuariais, o método proposto é o “crédito unitário projetado”; contudo foi utilizado o método de “idade de entrada normal”, o que viria em prejuízo da transparência (fls. 22v; o DRAA de 2018 e de 2019, peça nº 2 e nº 3, não informam qual é o método adotado na p. 29 de ambos). Acresce que, na projeção de óbitos de inválidos, houve adoção de tábuas divulgadas pelo IBGE em lugar das tábuas EIAPC (peça nº 3, demonstrativo de 2019, p. 14; a mesma observação se faz em relação ao demonstrativo do ano anterior), recomendadas nas notas técnicas (peça nº 15, nota técnicas à avaliação atuarial de 2019, p. 6; peça nº 14, nota técnicas à avaliação atuarial de 2018, p.3).

Diante disso, concluiu o órgão técnico:

As Notas Técnicas Atuariais aplicáveis em 2018 e 2019 definem que o método de financiamento adotado para apuração do custo normal dos benefícios de aposentadorias programadas e pensões por morte de aposentado voluntário ou compulsório é o Crédito Unitário Projetado, em dissonância com os Demonstrativos de Reavaliação Atuarial que indicam a utilização do método de Idade de Entrada Normal, prejudicando a transparência no cálculo do custeio e das reservas matemáticas previdenciárias do RPPS de Guiricema.

E sugeriu que os esclarecimentos sejam prestados pelo Instituto de Previdência dos Servidores Municipais – IPREV.

O representante do Ministério Público de Contas propôs que sejam apresentados os esclarecimentos acerca da “divergência de informações, entre o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial de 2018 e 2019 e as Notas Técnicas Atuariais aplicáveis” (peça nº 54).

Decido.

Como já se afirmou, a Portaria MPS nº 403/2008 foi revogada pela Portaria nº 464/2018. Dispõe esta última:

Art. 3º Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte.

§ 1º A avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício deverá:

[...] III - ser realizada em consonância com a Nota Técnica Atuarial (NTA) do plano de benefícios do RPPS

As tábuas biométricas têm previsão na Portaria nº 4.992/1999, no anexo I, item IX, número 4.

Como se pode concluir, deve o instituto observar o que está preconizado nas notas atuariais e nas normas que disciplinam a matéria, devendo corrigir os lançamentos no demonstrativo seguinte, o que fica aqui determinado.

Apontamento 2.3 (fls. 24v, peça nº 50) – descrição:

“As Notas Técnicas Atuariais aplicáveis em 2018 e em 2019 não possuem todos os elementos mínimos previstos no Anexo da Portaria MPS n. 403/08”.

Responsáveis: Ari Lucas de Paula Santos; Aislan Emygdio Moura Oliveira e Roberto Antônio Ferreira (01/01/2017 a 01/01/2019)

Segundo o relatório de auditoria, as notas técnicas atuariais dos exercícios de 2018 e 2019 não contemplam “o cálculo do Custo Anual para os benefícios estruturados em regime de Repartição por Capitais de Cobertura, item obrigatório de acordo com a Portaria MPS n. 403/08, prejudicando a transparência no cálculo do custeio e das reservas matemáticas previdenciárias”.

E concluiu:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal determine ao IPREV que, conjuntamente com o atuário responsável pela próxima Reavaliação Atuarial, revisem a Nota Técnica Atuarial utilizada pelo RPPS, considerando especialmente a expressão de cálculo do Custo Anual para os benefícios estruturados em regime de Repartição por Capitais de Cobertura.

O representante do Ministério Público de Contas propôs que seja revista a “Nota Técnica Atuarial utilizada pelo RPPS, considerando especialmente a expressão de cálculo do Custo Anual para os benefícios estruturados em regime de Repartição por Capitais de Cobertura, conjuntamente com o atuário responsável” (peça nº 54).

Decido.

A portaria citada estabelecia, em seu anexo, “elementos mínimos” que as notas técnicas atuariais deveriam observar, entre os quais, no item 5, a metodologia de cálculo para cada benefício assegurado pelo RPPS. A portaria citada, como já se referiu, foi revogada pela Portaria nº 464/2018, a qual dispõe sobre a nota técnica nos arts. 8º e 9º.

Assim, acolho a proposta do órgão técnico para recomendar ao IPREV que proceda, juntamente com o atuário responsável, à atualização da nota técnica que se elaborará para o exercício seguinte.

Apontamento 2.4 (fls. 26–27v, peça nº 50) – descrição:

“Não foi proposto pelo atuário Método de Equacionamento de Déficit Atuarial na Reavaliação Atuarial de 2018 e de 2019.

Responsáveis: Ari Lucas de Paula Santos; Aislan Emygdio Moura Oliveira e Roberto Antônio Ferreira (01/01/2017 a 01/01/2019)

O relatório de auditoria apontou déficit atuarial em 31/12/2017 e em 31/12/2018.

Observou que o déficit corresponde à diferença entre as reservas matemáticas previdenciárias (compromissos líquidos do RPPS) e o ativo real líquido (recursos acumulados pelo Instituto). As reservas matemáticas seriam obtidas pela soma das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidas e das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, deduzida da Provisão Matemática para cobertura de Insuficiências Financeiras asseguradas em lei. Destacou que, na reavaliação de 2018, o ativo real líquido é equivalente às reservas matemáticas; logo, não foi apurado déficit. Todavia houve plano de amortização estabelecido pela Lei nº 641/2013.

Da mesma forma, em relação ao exercício de 2019, a reavaliação aponta déficit atuarial nulo; contudo apurou-se um montante de R\$26.763.100,38 (fls. 27, peça nº 50).

E concluiu:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal determine ao IPREV que revise na próxima Reavaliação Atuarial o valor atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido na Lei

Municipal n. 643/13 para posterior adoção de uma das medidas de equacionamento déficit previstas pelo Art. 53 da Portaria MF n. 464/18, de forma a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime de Previdência, conforme definido no art. 40 da Constituição da República.

O representante do Ministério Público de Contas propôs que seja revista “na próxima Reavaliação Atuarial o valor atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido na Lei Municipal n. 643/13 para posterior adoção de uma das medidas de equacionamento déficit previstas pelo Art. 53 da Portaria MF n. 464/18” (peça nº 54).

Acolho a proposta.

A Lei Municipal nº 643/2013 estabelece, no art. 3º, uma alíquota de contribuição suplementar do município e autarquias e fundações para a amortização de déficit atuarial (peça nº 16).

O IPREV apurou um déficit de R\$13.105.852,35, conforme a reavaliação atuarial do exercício de 2013 (peça nº 17); a situação de déficit se manteve nos dois exercícios auditados, conforme o relatório técnico.

Cabe, portanto, determinar ao IPREV que, na próxima reavaliação atuarial, identifique o déficit, suas causas e a solução de equacionamento proposta (plano de amortização com contribuição suplementar), tudo conforme o disposto no art. 53, *caput* e parágrafos da Portaria nº 464/2018.

Apontamento 2.5 (fls. 29–29v, peça nº 50) – descrição:

“As Provisões Matemáticas foram contabilizadas em desacordo com o indicado nos Relatórios de Reavaliação Atuarial de 2018 e de 2019.

Responsáveis: Aislan Emygdio Moura Oliveira e Roberto Antônio Ferreira (01/01/2017 a 01/01/2019)

O relatório de auditoria destacou que o valor das provisões matemáticas contabilizado no Balanço Patrimonial de 2017 e no de 2018 não correspondem às reservas matemáticas do instituto em 31/12/2017 e 31/12/2018. O registro contrariou o disposto no inciso I do art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998 (fls. 30v, peça nº 50).

E concluiu:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal notifique o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais para que este realize a contabilização das Provisões Matemáticas em acordo com os valores apresentados nas Reavaliações Atuariais nos próximos exercícios.

O representante do Ministério Público de Contas propôs que se contabilize as “Provisões Matemáticas em acordo com os valores apresentados nas Reavaliações Atuariais nos próximos exercícios” (peça nº 54).

Acolho a proposta, determinando ao IPREV que proceda à contabilização correta das provisões, de acordo com os valores apresentados nas reavaliações atuariais, nos próximos exercícios.

Apontamento 2.6 (fls. 30–31, peça nº 50) – descrição:

“A Política de Investimentos de 2019 não contém todos os elementos mínimos exigidos pela Resolução CMN n. 3.922/2010.

Responsável: Roberto Antônio Ferreira (01/01/2017 a 01/01/2019)

A política de investimentos do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos– IPREV foi aprovada em 26/10/2018, para o exercício seguinte, conforme o documento nº 14, peça nº 22, e está assinada pelo Diretor, Roberto Antônio Ferreira, e pelos membros do Conselho Administrativo e do Comitê de Investimento.

O item 5 do documento dispõe sobre a alocação dos recursos por segmento de aplicação: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados. A diversificação dos investimentos consta do quadro apresentado na página 9.

O relatório de auditoria registrou que tal política de investimentos “não especificou os limites para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica e a metodologia, os critérios e as fontes de referência adotados para precificação de ativos e para avaliação dos riscos, em desacordo com os Incisos IV e V do Art. 4º da Resolução CMN n. 3.922/10” (fls. 31v, peça nº 50).

E concluiu:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal notifique o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos para que este passe a especificar na Política de Investimentos todo o conteúdo mínimo listado pelo Art. 4º da Resolução CMN n. 3.922/10.

O representante do Ministério Público de Contas propôs a especificação na “Política de Investimentos de todo o conteúdo mínimo listado pelo Art. 4º da Resolução CMN n. 3.922/10” (peça nº 54).

Decido.

Dispõe a citada resolução:

Art. 3º Para efeito desta Resolução, são considerados recursos:

I - as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital;

II - os demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social;

III - as aplicações financeiras;

IV - os títulos e os valores mobiliários;

V - os ativos vinculados por lei ao regime próprio de previdência social; e

VI - demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária do regime próprio de previdência social.

Art. 4º Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:

[...]

IV - os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica; (Redação do inciso dada pela Resolução BACEN Nº 4695 DE 27/11/2018).

V - a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º; (Redação do inciso dada pela Resolução BACEN Nº 4695 DE 27/11/2018).

Acolho a proposta, determinando ao IPREV que proceda à revisão do documento nº 14, peça nº 22 (política de investimentos do instituto), para que contemple os requisitos exigidos no art. 4º da Resolução nº 3.922/2010, observando que a elaboração e a revisão da política, conforme dispõe o §3º desse artigo, deve-se ater aos parâmetros de que trata o inciso IV do §1º do art. 1º, que transcrevo:

Art. 1º Os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução.

§ 1º Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem:

[...]

IV - adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, em regulamentação da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda; (Redação do inciso dada pela Resolução BACEN Nº 4695 DE 27/11/2018).

Apontamento 2.7 (fls. 32–33, peça nº 50) – descrição:

“O Fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M1 TÍT. PÚBL. FIC FI CNPJ 11328882000135 foi classificado em desacordo com o indicado em Planilha disponibilizada pela Secretaria de Previdência”.

Responsável: Aislan Emygdio Moura Oliveira

O relatório de auditoria apontou que o IPREV classifica o “fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M1 TÍT. PÚBL. FIC FI em desacordo com o indicado na planilha elaborada pela Secretaria de Previdência nos Demonstrativos de Aplicações e Recursos até junho de 2019, prejudicando a transparência das informações e o controle dos limites de aplicação por segmento” (fls. 33v, peça nº 50; documentos 15 e 16, demonstrativos de aplicação de recursos – DAIR, peças nº 23 e nº 24).

E concluiu:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal notifique o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos– IPREV para que este classifique os Fundos de Investimentos de sua carteira de acordo com a Planilha de Enquadramento dos Fundos CGACI-RPPS, disponibilizada pela Secretaria de Previdência em seu sítio eletrônico.

O representante do Ministério Público de Contas propôs que se faça a classificação dos “Fundos de Investimentos de sua carteira de acordo com a Planilha de Enquadramento dos Fundos CGACI-RPPS, disponibilizada pela Secretaria de Previdência em seu sítio eletrônico” (peça nº 54).

Acolho a proposta, uma vez que não se justifica a classificação diversa daquela prevista no sítio eletrônico da Secretaria da Previdência, cabendo ao IPREV proceder à correção devida.

Apontamento 2.8 (fls. 34–34v, peça nº 50) – descrição:

“A Lei Municipal nº 707/17, que cria o Comitê de Investimentos do IPREV, não prevê forma de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS.

Responsável: Ari Lucas de Paula Santos

Segundo o relatório de auditoria, a “Lei Municipal nº 707 de 24/02/17 não prevê forma de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do IPREV, em desacordo com o art. 3º-A da Portaria MPS n. 519/11”, que dispõe:

Art. 3º-A A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar à SPPS que seus RPPS mantêm Comitê de Investimentos, participante do processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos.

§ 1º A estrutura, composição e funcionamento do Comitê de Investimentos previsto no caput, será estabelecida em ato normativo pelo ente federativo, devendo atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) que seus membros mantenham vínculo com o ente federativo ou com o RPPS, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração;
- b) previsão de periodicidade das reuniões ordinárias e forma de convocação de extraordinárias;
- c) previsão de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS;
- d) exigência de as deliberações e decisões serem registradas em atas;
- e) previsão de composição e forma de representatividade, sendo exigível a certificação de que trata o art. 2º desta Portaria, para a maioria dos seus membros até 31 de julho de 2014.

E concluiu:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal determine ao Prefeito Municipal que atualize a Lei Municipal n. 707 de 24/02/17 para inclusão da forma de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do IPREV.

O representante do Ministério Público de Contas propôs a atualização da “Lei Municipal n. 707 de 24/02/17 para inclusão da forma de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do IPREV” (peça nº 54).

Acolho a proposta.

Dispõe a Lei nº 10.887/2004:

Art. 9º A unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores, prevista no art. 40, § 20, da Constituição Federal :

[...] III - disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre as receitas e despesas do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial

Assim, determino ao Executivo municipal que encaminhe à Câmara projeto de lei modificativo da Lei Municipal nº 707, de 24/2/17 (peça nº 26), a fim de que se faça a inclusão da forma de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do IPREV.

Apontamento 2.9 (fls. 35v, peça nº 50) – descrição:

“A Prefeitura não está realizando o pagamento da contribuição patronal sobre a folha de pagamento dos seus servidores”.

Responsável: Ari Lucas de Paula Santos

As contribuições patronais, no valor total de R\$ 235.614,63, não foram repassadas pelo Município ao IPREV, conforme o disposto no inciso I do art. 25 da Lei Complementar Municipal nº 499/2008 e nos arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 641/2013.

Assim concluiu o relatório:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal determine ao Prefeito a adoção das seguintes ações:

Regularizar os pagamentos das contribuições patronais em valores devidamente corrigidos;

Doravante, efetuar os pagamentos das contribuições patronais sobre a folha de pagamento dos servidores do IPREV no prazo previsto.

O representante do Ministério Público de Contas propôs que se regularizem os pagamentos das contribuições patronais, em valores devidamente corrigidos, e que, doravante, os pagamentos se efetuem no prazo previsto (peça nº 54).

Acolho a proposta para determinar ao Executivo municipal que regularize o pagamento das contribuições patronais e recolha os valores que estão atrasados, com as devidas correções.

Apontamento 2.10 (fls. 36v–37v, peça nº 50) – descrição:

“A Prefeitura não está realizando a transferência para pagamento de auxílio-doença para o IPREV nos termos da lei.

Responsável: Ari Lucas de Paula Santos

Segundo o relatório de auditoria, o “custeio de auxílio-doença, independentemente da época de concessão, é de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 641/2013. Nesse sentido, o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Guiricema – IPREV realizava o pagamento da folha de pagamento do auxílio-doença mensal e a Prefeitura restituía os valores pagos ao Instituto.

“Todavia, constatou-se que a Prefeitura, no exercício de 2019, não vem repassando o pagamento de auxílio-doença ao IPREV, referente ao período de fev/19 a jun/19.

“Apurou-se, além disso, que os valores de auxílio-doença não pagos somaram a importância de R\$ 47.248,36, conforme Demonstrativo dos Repasses de Auxílio-Doença, guias de recolhimentos e folha de pagamento.” (Peça nº 50, fls. 36v.)

E assim concluiu:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal determine ao Prefeito Municipal a adoção das seguintes ações:

Restituir ao IPREV os pagamentos realizados referentes aos auxílios-doença, em valores devidamente corrigidos;

Doravante, efetuar a restituição dos pagamentos de auxílio-doença ao IPREV no prazo previsto.

O representante do Ministério Público de Contas propôs que se regularizem os pagamentos do auxílio-doença ao IPREV, em valores devidamente corrigidos, e que, doravante, a restituição se faça no prazo previsto (peça nº 54).

Acolho a proposta para determinar ao Executivo municipal que regularize o pagamento do auxílio-doença e recolha os valores que estão atrasados, com as devidas correções

Apontamento 2.11 (fls. 37v–39, peça nº 50) – descrição:

“A Prefeitura não está realizando o pagamento da contribuição suplementar sobre a folha de pagamento dos seus servidores”.

Responsável: Ari Lucas de Paula Santos

O relatório de auditoria registrou que, no exercício de 2019, não houve repasse das contribuições suplementares ao IPREV, somando a importância de R\$389.983,14, conforme o

Demonstrativo dos Repasses das Contribuições Previdenciárias, as guias de recolhimentos e a folha de pagamento (peça nº 50, fls.38v).

E assim concluiu:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal determine ao Prefeito a adoção das seguintes ações:

Regularizar os pagamentos da contribuição suplementar em valores devidamente corrigidos;

Doravante, efetuar os pagamentos da contribuição suplementar sobre a folha de pagamento dos servidores do IPREV no prazo previsto.

O representante do Ministério Público de Contas propôs que se regularizem os pagamentos das contribuições complementares ao IPREV, em valores devidamente corrigidos, e que, doravante, o pagamento se faça no prazo previsto (peça nº 54).

Acolho a proposta. O pagamento é devido, conforme o disposto nas Leis Complementares nº 499/2008 (art. 25, IV, peça nº 50, fls. 105) e nº 641/2013 (arts. 2 e 3, peça nº 16). Já houve solicitação do IPREV ao Município (documento nº 21, peça nº 29). Assim, determino ao Executivo municipal que regularize o pagamento pagamentos das contribuições complementares ao IPREV e recolha os valores que estão atrasados, com as devidas correções.

Apontamento 2.12 (fls. 39–40, peça nº 50) – descrição:

“A Prefeitura não está realizando as transferências para pagamentos de benefícios (inativos, pensionista) de responsabilidade do tesouro”.

Responsável: Ari Lucas de Paula Santos

Conforme consta do relatório de auditoria, o “custeio das aposentadorias e pensões anteriores a EC41/2003 é de responsabilidade do Executivo Municipal, nos termos do art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 641/2013.

“Neste sentido, o Instituto de Previdência do Servidores Municipais de Guiricema – IPREV realizava os pagamentos mensais das folhas de pagamento das aposentadorias e pensões e a Prefeitura restituía os valores pagos ao Instituto.

“Todavia, constatou-se que a Prefeitura, no exercício de 2019, não vem repassando o pagamento das aposentadorias e pensões ao IPREV, referente ao período de fev/19 a jun/19.

“Nesse sentido, apurou-se que os valores não repassados ao IPREV, relativos às citadas aposentadorias, é de R\$ 242.347,56, e às pensões, de R\$ 54.463,92 totalizando a importância de R\$ 296.811,48, conforme Demonstrativo dos Repasses de benefícios (inativos/pensionista), guias de recolhimentos e folha de pagamento.” (Peça nº 50, fls. 39).

E assim concluiu:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal determine ao Prefeito a adoção das seguintes ações:

Regularizar o pagamento das aposentadorias e pensões de responsabilidade do Executivo Municipal, em valores devidamente corrigidos;

Doravante, efetuar o pagamento das aposentadorias e pensões de responsabilidade do Executivo Municipal dentro do prazo estabelecido.

O representante do Ministério Público de Contas propôs que se regularizem os pagamentos ao IPREV das aposentadorias e pensões de responsabilidade do Executivo municipal, em valores devidamente corrigidos, e que, doravante, o pagamento se faça no prazo previsto (peça nº 54).

Acolho a proposta. O pagamento é devido, conforme o disposto na citada Lei Complementar nº 641/2013 (art. 5, peça nº 16). Assim, determino ao Executivo municipal que regularize o pagamento das aposentadorias e pensões que são de responsabilidade do Tesouro municipal e recolha os valores que estão atrasados, com as devidas correções.

Apontamento 2.13 (fls. 40–43, peça nº 50) – descrição:

“Os Conselhos Administrativo, Financeiro e de Investimento foram constituídos e não estão atuantes em 2017 e/ou 2018”.

Responsável: Aislan Emygdio Moura Oliveira

Conforme registra o relatório de auditoria, o RPPS do Município de Guiricema deve ser auxiliado, em sua atuação, por três conselhos distintos: o Conselho Municipal de Previdência, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 499/09, o Comitê de Investimento, criado pela Lei Municipal nº 707/17, e o Conselho Fiscal, criado pela Lei Municipal nº 731/18.

No tocante ao Conselho de Previdência, foi apontada realização de reuniões sem periodicidade certa, o que contraria a legislação municipal, que exigiria reuniões mensais (art. 11, §6º da Lei Complementar nº 499/2008).

Em relação ao Comitê de Investimento, foi assinalado que quatro dos cinco membros foram indicados ou escolhidos. Desses, três têm certificação perante o AMBIMA para deliberação acerca de política de investimentos. Não foi resguardada a representatividade de membros do CMP na composição do Comitê. Também não foi eleito o seu coordenador, nem se registraram reuniões frequentes.

No tocante ao Conselho Fiscal, não há registro de sua atuação desde que foi criado em 2018; não há sequer registro em ata da eleição de seu presidente (fls. 42, peça nº 50).

Salientou o órgão técnico que a criação e o funcionamento dos conselhos e do comitê têm previsão na lei federal (Lei nº 9.717/1998, art. 8º) e a atuação desses órgãos é tida como relevante para o controle, o acompanhamento e a democratização da gestão dos institutos próprios de previdência.

Assim concluiu o órgão técnico:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal expeça recomendação ao atual Diretor Executivo do IPREV, determinando-lhe que exerça, de maneira efetiva, sua atribuição para superintender e supervisionar a administração geral do IPREV, mediante a fiscalização da composição, da atuação e do funcionamento dos conselhos e comitês vinculados ao Regime Próprio do Município de Guiricema, procedendo, ademais, à regularização da composição do Comitê de Investimento.

O representante do Ministério Público de Contas ressaltou que o diretor do IPREV deve exercer, “de maneira efetiva, a fiscalização da administração geral do IPREV, mediante a verificação da atuação e funcionamento dos conselhos e comitês vinculados ao Regime Próprio do Município de Guiricema” (peça nº 54).

Decido.

A atuação dos órgãos do instituto, conselhos e comitê, é determinante para o bom funcionamento e desempenho do instituto. O Conselho Fiscal tem função de fiscalização; o

CMP é órgão superior de deliberação, além de exercer a função de controle interno do instituto; cabe ao Comitê, por fim, formular a política de investimentos, executá-la e, ainda, fiscalizar a aplicação dos recursos e propor medidas para aperfeiçoar a gestão desses recursos.

Tais órgãos devem ter o seu funcionamento regular, cumprindo ao Diretor, a quem compete superintender a administração geral (art. 9º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 499/2008), zelar por esse funcionamento, já que dele depende o bom desempenho do IPREV.

Dispõe a citada Lei nº 10.887/2004:

Art. 9º A unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores, prevista no art. 40, § 20, da Constituição Federal :

[...] I - contará com colegiado, com participação paritária de representantes e de servidores dos Poderes da União, cabendo-lhes acompanhar e fiscalizar sua administração, na forma do regulamento

O pleno funcionamento e composição dos conselhos garante a representatividade, pleno acesso às informações e participação nos colegiados e nas instâncias de decisão, conforme o disposto na citada Lei nº 9.717/1998;

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

VI - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

Cabe, assim, determinar ao Diretor do IPREV que proceda à fiscalização da composição, da atuação e do funcionamento dos conselhos e comitês vinculados ao Regime Próprio do Município de Guiricema; o Diretor providenciará ainda a regularização da composição do Comitê de Investimento.

Apontamento 2.14 (fls. 44–47v, peça nº 50) – descrição:

“O Município/RPPS não celebrou convênio com a Secretaria da Previdência Social para fins de compensação previdenciária dos segurados que utilizaram o tempo de contribuição no âmbito do RGPS para fins de aposentadoria/pensão.

Responsáveis: Ari Lucas de Paula Santos e Antônio Vaz de Melo (01/01/2009 a 31/12/2016), Prefeitos; Aislan Emygdio Moura Oliveira, Roberto Antônio Ferreira (01/01/2017 a 01/01/2019), Saulo Magno Silva (02/01/2013 a 31/12/2016), diretores do IPREV

Segundo o relatório de auditoria, o “Regime Próprio de Previdência do Município de Guiricema/IPREV não celebrou o convênio com o Regime Geral de Previdência/INSS com a finalidade de operacionalizar a compensação previdenciária, tal como preconizado pelo art. 23 da Portaria n. 6.209/99 do Ministério da Previdência Social” (peça nº 50, fls. 44).

“O IPREV foi instituído no ano de 2000, pela Lei Municipal nº 302, e, desde então, 08 (oito) servidores municipais - segundo planilha de apuração apresentada pelo Gestor do IPREV - se aposentaram mediante averbação do tempo de contribuição individual ao Regime Geral”, conforme relação apresentada a fls. 44–44v, que registra a aposentadoria de oito ex-servidores que averbaram tempo de contribuição ao Regime Geral (peça nº 37).

“Tal situação, além de contrariar o disposto na Lei Federal nº 9.796/99 (art. 4º) e na Constituição da República (art. 201, §9º), viola também a legislação do próprio Município de Guiricema (art. 8º, Lei Municipal nº 302/00; art. 25, VII, Lei Complementar Municipal nº 499/08), a qual já previa, desde o ano 2000, o dever de se proceder à compensação previdenciária com o RGPS como fonte de recurso para custeio do RPPS.

“Além disso, a inexistência de convênio com o RGPS, ao inviabilizar a realização dos requerimentos de compensação previdenciária, tem o potencial de ocasionar prejuízos ao erário, já que o exercício das pretensões compensatórias a que o IPREV faz jus está sujeita a prazo prescricional próprio, de 05 (cinco) anos, contados da data do ato de aposentadoria ou de pensão, nos moldes do art. 16, §3º, da Portaria n. 6.209/99.

“Desse modo, no presente caso, considerando-se a data de instituição do IPREV e o período de realização desta inspeção, tem-se que os requerimentos de compensação previdenciária relativos aos atos de aposentadoria e de pensão concedidos até o início de setembro de 2014 já se encontram prescritos. Por outro lado, no que diz respeito aos atos de aposentadoria e de pensão concedidos a partir de setembro de 2014 e que ensejam o pedido de compensação previdenciária, pontua-se o risco de incidência dos efeitos da prescrição, caso o Município de Guiricema/IPREV não providencie a celebração do termo de Compensação Previdenciária com o RGPS/INSS, nos termos do art. 23 da Portaria n. 6.209/99 do Ministério da Previdência Social.

“Vale registrar, por fim, que a operacionalização da compensação previdenciária, por intermédio da celebração de convênio com o RGPS/INSS, pressupõe a regularidade fiscal e previdenciária do Regime Próprio, nos termos do art. 18, §5º, I, a, da Portaria n. 6.209/99. No entanto, no caso do Município de Guiricema, verificou-se, em consulta ao domínio virtual do Ministério da Previdência (CADPREV), que o último Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP foi expedido em 05 de maio de 2014, com validade até 01 de novembro do mesmo ano. Ou seja, desde 2014 o Município de Guiricema permanece em situação de irregularidade quanto ao cumprimento dos critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social, em afronta aos arts. 1º e 9º, inciso IV, da Lei Federal n. 9.717/98.”

E assim concluiu o relatório:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal determine ao atual Prefeito de Guiricema e ao atual Diretor Executivo do IPREV a adoção das providências necessárias a fim de que o Município de Guiricema, tendo o IPREV como interveniente, celebre o convênio com o RGPS/INSS, a fim de viabilizar a operacionalização da compensação previdenciária, preservando-se as relações jurídicas entre as partes.

Houve manifestação do ex-prefeito Antônio Vaz de Melo. Em relação ao convênio, alegou o ex-prefeito que a Lei Complementar nº 499/2008 estabelece, no art. 4º, que o IPREV é uma autarquia com personalidade jurídica de direito público, com autonomia, patrimônio e gestão financeira próprios. Caberia àquela autarquia a celebração do ajuste. Além disso, a Instrução Normativa INSS/PRES nº 50/2011 (fls. 87 e 90, peça nº 50) dispõe que o ‘administrador de cada RPPS’ celebrará o convênio com o Ministério de Previdência Social para se valer do sistema de compensação. Assim, não caberia a sua responsabilização (fls. 81–82, peça nº 50).

Manifestou-se também o ex-diretor Saulo Magno da Silva (fls. 72–77, peça nº 50). Em relação ao convênio, alegou a falta de assessoramento técnico ou jurídico para a celebração do ajuste. Afirmou que o suposto dano seria controverso; a celebração do ajuste também exigiria repasse de recursos ao RGPS no caso dos ex-servidores municipais que averbaram tempo de

serviço prestado ao Município e se aposentaram no âmbito federal. Sustentou, por fim, não ter agido com dolo, nem ter havido o erro grosseiro.

O representante do Ministério Público de Contas opinou pela improcedência do apontamento, uma vez que, “diante das normas em vigor acerca do tema, e da inexistência de previsão cogente acerca da necessidade de assinatura de convênio do RPPS respectivo com a Secretaria de Previdência Social para a realização da compensação financeira, o Ministério Público de Contas, respeitosamente, entende que não há nos autos elementos que permitam que o apontamento seja julgado procedente”. Propôs, contudo, recomendação aos responsáveis para que adotem as providências necessárias, “a fim de que o Município de Guiricema, tendo o IPREV como interveniente, celebre o convênio com o RGPS/INSS, a fim de viabilizar a operacionalização da compensação previdenciária, preservando-se as relações jurídicas entre as partes e evitando-se a consumação do prazo de prescrição estabelecido no § 3º do art. 16 da Portaria nº 6209/99 do Ministério da Previdência Social” (peça nº 54).

Decido.

A Constituição da República admite a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS e os regimes próprios, e destes entre si, hipótese em que tais regimes se compensarão financeiramente (art. 201, §9º).

A compensação constitui “mecanismo que objetiva distribuir o ônus do pagamento do benefício entre cada um dos regimes previdenciários, cujo tempo de filiação foi considerado na concessão do referido benefício a ser pago”³

A compensação deve ser providenciada, conforme estabelece o §2º do art. 1º da Lei nº 9.717/1998, havendo previsão de sanções⁴ para a omissão:

§ 2º Os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios operacionalizarão a compensação financeira a que se referem o § 9º do art. 201 da Constituição Federal e a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, entre si e com o regime geral de previdência social, sob pena de incidirem nas sanções de que trata o art. 7º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019.)

A avaliação atuarial do exercício de 2019 assim registrou (peça nº 15, p. 32):

A aplicação da Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o RGPS e os Regimes de Previdência dos servidores dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, não foi possível nesta reavaliação pelo fato do IPREV não possuir convênio ou acordo de cooperação técnica em vigor para operacionalização da compensação previdenciária com o RGPS.

O Decreto nº 10.188/2019 estabelece, no seu art. 10, *caput* e §1º, que a compensação dar-se-á por intermédio de sistema de sistema de compensação previdenciária⁵ e será operacionalizada mediante a celebração de termo de adesão.

³ Luiz Gushiken e outros, *Regime Próprio de Previdência dos Servidores: Como Implementar?*, Ministério da Previdência e Assistência Social, 2002, p. 277 (formato pdf).

⁴ Art. 7º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, a partir de 1º de julho de 1999: I - suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União; II - impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; III - suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

E, por outro lado, dispõe a Lei Complementar Municipal nº 499/2008, art. 9º, inciso X, que compete ao Diretor assinar contratos, acordos ou convênios nos quais o IPREV tenha interesse direta ou indiretamente (fls. 98, peça nº 50).

Assim, deve a compensação ser providenciada pela autarquia.

Se da omissão resultou prejuízo ao erário, tal questão deve ser apurada em tomada de contas especial, cabendo a sua instauração pela própria autarquia. Todavia, como o procedimento apurará a responsabilidade do Diretor, caberá, neste caso, a instauração pelo Tribunal de Contas.

Determino, portanto, ao Diretor do IPREV a adoção das providências necessárias à celebração do ajuste cabível para operacionalizar a compensação.

A autarquia deve também providenciar a regularização fiscal e previdenciária do regime próprio, consoante o disposto no art. 18, §5º, I, *a*, da Portaria nº 6.209/99, o que fica também determinado ao Diretor do IPREV.

Apontamento 2.15 (fls. 47v–49, peça nº 50) – descrição:

“Divergência de informações entre os sistemas CAPMG e FISCAP”.

Responsáveis: Aislan Emygdio Moura Oliveira, Roberto Antônio Ferreira (01/01/2017 a 01/01/2019), Saulo Magno Silva (02/01/2013 a 31/12/2016), diretores do IPREV

Foi apontado no relatório de auditoria que, em consulta a registros do CAPMG (Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais), o número de aposentados e de pensionistas do RPPS não confere com o quantitativo de processos encaminhados por intermédio do FISCAP (Sistema de Fiscalização de Atos de pessoal, aposentadorias e pensões) para apreciação de sua legalidade.

E assim concluiu:

Proposta de encaminhamento

Sugere-se que este Tribunal determine ao atual Diretor do IPREV a adoção da seguinte ação:

Envie ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, para apreciação e registro, os atos de concessão de aposentadoria/pensão de todos os servidores da administração direta e indireta do município.

Manifestou-se o ex-diretor Saulo Magno da Silva (fls. 72–77, peça nº 50). Salientou que as aposentadorias destacadas no relatório foram concedidas há mais de trinta anos e não houve prejuízo para o erário. Afirmou que agiu com boa-fé; as omissões poderiam ser consideradas meras falhas administrativas. Sustentou, por fim, não ter agido com dolo, nem ter havido o erro grosseiro.

O representante do Ministério Público de Contas manifestou-se pela improcedência do apontamento:

18. Assim, o MPC entende que, embora constatada omissão dos gestores no sentido de não terem encaminhado ao TCEMG diversos processos de servidores inativos e pensionistas para apreciação e registro, conforme previsto na Lei Complementar n.º 102/2008, não há lesividade relevante nas condutas para impor sanção pecuniária aos

⁵ A Portaria nº 15.829/2020 dispõe sobre o Sistema de Compensação Previdenciária – COMPREV.

gestores por atos ocorridos há mais de 30 anos, motivo pelo qual se impõe o afastamento da irregularidade apontada.

19. Cabe expedição de recomendação aos atuais gestores para que enviem ao TCEMG os atos de aposentadoria/pensão cujos benefícios ainda estejam em vigor para acompanhamento

Acolho a manifestação do representante do Ministério Público de Contas.

De fato, as aposentadorias e pensões relacionadas pelo órgão técnico dizem respeito a atos anteriores a 5 de outubro de 1988⁶ (fls. 47v, peça nº 50), data estabelecida para a compensação financeira, exceto a aposentadoria, de Cleonila Lucrécia Ranier Tavares, concedida em 1º/1/2004.

Vale registrar que a falta de registro de ato de aposentadoria impede a compensação previdenciária correspondente.

Assim, cabe determinar ao IPREV o envio do ato de inativação citado.

Recomendo, por fim, ao Diretor do IPREV o envio ao Tribunal dos atos de aposentadoria ou de pensão, conforme o disposto no art. 2º, *caput* e parágrafos da Instrução Normativa nº 3/2011.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, voto pela procedência dos apontamentos do relatório técnico de auditoria, exceto em relação ao item 2.15, conforme a apreciação realizada em cada um dos itens da fundamentação.

O Município e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Guiricema – IPREV darão conhecimento ao Tribunal das medidas adotadas acerca das recomendações e determinações que constam do voto, no prazo de 90 (noventa) dias. A Secretaria da Câmara fará o monitoramento do prazo estabelecido.

Intimem-se os responsáveis, de acordo com o disposto no inciso I do § 1º de art. 166. O atual Diretor do IPREV será intimado pelo DOC e por via postal para ciência das determinações e recomendações dirigidas à autarquia (itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.13, 2.14 e 2.15).

Intime-se, pelo DOC e por via postal, o Prefeito do Município de Guiricema para ciência da decisão e das determinações contidas no voto (itens 2.8, 2.9, 2.10, 2.11 e 2.12).

Encaminhe-se cópia da decisão à Presidência para autorizar a instauração de tomada de contas especial.

Arquivem-se os autos, após o trânsito em julgado da decisão, segundo a regra do inciso I do art. 176 do citado diploma regimental.

É o voto.

CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO:

De acordo.

⁶ Art. 4º do Decreto nº 3.112/1999; art. 2º do Decreto nº 10.188/2019; art. 3º da Portaria nº 6.209/1999.

CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

Peço vista.

CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA:

VISTA CONCEDIDA AO CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA MARIA CECÍLIA BORGES.)

RETORNO DE VISTA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

SEGUNDA CÂMARA – 10/2/2022

CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

I – RELATÓRIO

Trata-se de auditoria de conformidade realizada no Instituto de Previdência Municipal de Guiricema (IPREV), no período de janeiro de 2018 a junho de 2019, objetivando verificar a consistência da base cadastral, a correção e a tempestividade das contribuições previdenciárias, a correção do valor da taxa de administração em 2018, o cumprimento dos termos de parcelamento, a compensação previdenciária e a boa gestão dos recursos.

Na sessão da Segunda Câmara do dia 25/11/21, o relator, conselheiro Wanderley Ávila, apresentou proposta de voto com a seguinte conclusão (peça nº 66):

Diante do exposto, voto pela procedência dos apontamentos do relatório técnico de auditoria, exceto em relação ao item 2.15, conforme a apreciação realizada em cada um dos itens da fundamentação.

O Município e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Guiricema – IPREV darão conhecimento ao Tribunal das medidas adotadas acerca das recomendações e determinações que constam do voto, no prazo de 90 (noventa) dias. A Secretaria da Câmara fará o monitoramento do prazo estabelecido.

Intimem-se os responsáveis, de acordo com o disposto no inciso I do § 1º de art. 166. O atual Diretor do IPREV será intimado pelo DOC e por via postal para ciência das determinações e recomendações dirigidas à autarquia (itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.13, 2.14 e 2.15).

Intime-se, pelo DOC e por via postal, o Prefeito do Município de Guiricema para ciência da decisão e das determinações contidas no voto (itens 2.8, 2.9, 2.10, 2.11 e 2.12).

Encaminhe-se cópia da decisão à Presidência para autorizar a instauração de tomada de contas especial.

Arquivem-se os autos, após o trânsito em julgado da decisão, segundo a regra do inciso I do art. 176 do citado diploma regimental.

Em seguida, o conselheiro substituto Adonias Monteiro acompanhou o voto do relator, após o que pedi vista do processo para melhor avaliá-lo.

É o relatório, no essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que, nos termos do Item 2 do Relatório de Auditoria de Conformidade (fls. 07/54v da peça nº 50) realizada no Instituto de Previdência do Município de Guiricema (IPREV), foram consignados os seguintes “Achados”:

- 2.1 as bases de dados utilizadas nas Reavaliações Atuariais de 2018 e 2019 não foram satisfatórias em termos de consistência, completude e atualização;
- 2.2 fora utilizado, na Reavaliação Atuarial de 2018 e de 2019, Método de Financiamento em desacordo com o definido nas Notas Técnicas Atuariais;
- 2.3 a Nota Técnica Atuarial aplicável em 2018 e em 2019 não possuía todos os elementos mínimos previstos no Anexo da Portaria MPS nº 403/09;
- 2.4 não fora proposto, pelo atuário, Método de Equacionamento de Déficit Atuarial na Reavaliação Atuarial de 2018 e de 2019;
- 2.5 as provisões matemáticas foram contabilizadas em desacordo com o indicado nos Relatórios Atuariais de 2018 e de 2019;
- 2.6 a Política de Investimentos de 2019 não continha todos os elementos mínimos exigidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010;
- 2.7 o Fundo BB PREVIDENCIARIO RF IRF-M1 TIT. PÚBL, FIC FI CNPJ: 113.288.820/00001-35 fora classificado em desacordo com o indicado em Planilha disponibilizada pela Secretaria de Previdência;
- 2.8 a Lei Municipal nº 707/17, que criou o Comitê de Investimentos do IPREV, não previra forma de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos de RPPS;
- 2.9 a Prefeitura não estava realizando o pagamento da contribuição patronal sobre a folha de pagamento dos seus servidores;
- 2.10 a prefeitura não estava realizando a transferência para pagamento de auxílio-doença para o IPREV nos termos da lei;
- 2.11 a prefeitura não estava realizando o pagamento da contribuição suplementar sobre a folha de pagamento dos seus servidores;
- 2.12 a prefeitura não estava realizando as transferências para pagamentos de benefícios (inativos, pensionista) de responsabilidade do tesouro;
- 2.13 o Conselho Administrativo, Financeiro e Investimento foram constituídos e não atuaram em 2017 e/ou 2018;
- 2.14 o Município/RPPS não celebrara convênio com a Secretaria de Previdência Social para fins de compensação previdenciária dos segurados que utilizaram o tempo de contribuição no âmbito do RGPS para fins de aposentadoria/pensão;
- 2.15 divergência de informações entre os sistemas CAPMG e FISCAP.

Ressalte-se, ainda, que, as irregularidades constatadas foram imputadas aos responsáveis a seguir relacionados:

Responsáveis	Qualificação	Achados
Ari Lucas de Paula Santos	Prefeito (2017/2020)	2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12 e 2.14
Antônio Vaz de Melo	Ex-prefeito (2009/2016)	2.14
Aislan Emygdio Moura Oliveira	Diretor Executivo IPREV (01/2019 até a data da inspeção)	2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.7, 2.13, 2.14, 2.15
Roberto Antônio Ferreira	Ex-diretor Executivo IPREV (2017/2018)	2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, e 2.15
Saulo Magno Silva	Ex-diretor Executivo IPREV (2013/2016)	2.14 e 2.15

Pois bem. Diante da informação registrada pelo relator de que, intimados os responsáveis para que se manifestassem acerca da proposta de celebração de Termo de Ajustamento de Gestão (TAG), estes quedaram-se inertes, pedi vista dos autos a fim de analisar se, diante da gravidade de alguns apontamentos, não seria cabível, além da mera expedição de recomendações/determinações, a aplicação de multa, nos termos do art. 83, I, c/c o art. 85, II, da Lei Orgânica desta Corte.

Compulsando os autos, é possível verificar que, após terem sido intimados, conforme despacho constante da peça nº 55, para manifestarem sua aquiescência em firmar o TAG proposto pelo *Parquet* de Contas à peça nº 54, os Senhores Ari Lucas de Paula Santos e Aislan Emygdio Moura Oliveira, respectivamente, prefeito e diretor executivo do IPREV de Guiricema no exercício de 2020, encaminharam a minuta sugerida pelo relator devidamente assinada (peça nº 59). Porém, o fizeram em 23/12/20, isto é, praticamente na última semana de mandato do então gestor municipal, quando, inclusive, seu sucessor, Senhor José Oscar Ferraz, já havia sido eleito para a gestão 2021/2024.

Nesse cenário, depreende-se que, em que pese os gestores à época tenham consentido em formalizar o referido TAG, eles o fizeram cientes de que, no exercício seguinte, não se encontrariam mais à frente da administração do Município de Guiricema e/ou do IPREV e, consequentemente, de que não seriam eles os responsáveis por arcar com o ônus de dar cumprimento aos termos do ajuste e de adotar as providências necessárias a sanar as irregularidades apuradas, tendo assumido tal compromisso, portanto, em nome de terceiros.

Em razão disso, a meu ver, o fato de os ex-gestores terem se prontificado a assinar o TAG, no presente caso concreto, não é motivo suficiente para que eles não sejam penalizados por alguns dos apontamentos a eles imputados. É que, aparentemente, a assinatura do mencionado Termo tinha muito mais o condão de buscar simplesmente eximir-se de responsabilização pelas falhas a que deram causa, do que de, efetivamente, atuar no sentido de saná-las e evitar prejuízos ainda maiores ao erário e à coletividade.

Nesse aspecto, embora todos os itens questionados pela Unidade Técnica sejam de significativa relevância para a garantia da sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Guiricema, considero que, para a maior parte deles, as recomendações propostas e as determinações exaradas pelo relator no sentido de que, no prazo de 90 (noventa) dias, sejam informadas as medidas corretivas adotadas, são suficientes para garantir a efetividade da atuação desta Corte, permitindo que sejam realizados os ajustes necessários.

No que se refere, entretanto, aos “Achados” elencados no relatório de auditoria e no voto do relator sob os nºs 2.9 a 2.12, por dizerem respeito à ausência de repasse de recursos ao IPREV de Guiricema pelo Poder Executivo, considero que eles merecem uma análise mais detalhada.

Com efeito, a obrigatoriedade da realização do recolhimento das contribuições previdenciárias decorre do próprio texto constitucional, no qual foi estabelecido um regime previdenciário contributivo e solidário, composto, necessariamente, da contribuição dos servidores e dos respectivos entes públicos, conforme se extrai do *caput* do art. 40 da Constituição da República, na redação vigente à época dos fatos e na atual, *in verbis*:

Redação Anterior à Emenda Constitucional nº 103, de 2019

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

Redação Atual

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Note-se que o dispositivo impõe, ainda, a observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, com vistas a evitar o endividamento público e o risco de faltarem recursos para garantir o bem-estar dos segurados em momentos de fragilidade, como a velhice ou uma enfermidade.

Nesse cenário, o não recolhimento aos cofres da entidade previdenciária das contribuições devidas pelo município, além de inviabilizar a obtenção do equilíbrio almejado, pode acarretar efeitos nefastos aos segurados, os quais, mesmo sofrendo mensalmente a retenção, na fonte, de sua contribuição previdenciária, podem ter seus direitos violados no momento de usufruírem dos benefícios previdenciários legalmente estabelecidos.

Cumprе salientar, por fim, que a omissão no recolhimento das contribuições devidas, mesmo que sanada por meio de pagamento extemporâneo, pode ocasionar prejuízos à municipalidade, uma vez que sobre os pagamentos realizados intempestivamente incidem multas e juros, o que contribui para o aumento do endividamento público.

In casu, verifica-se que as contribuições patronais, no valor de R\$235.614,63 (duzentos e trinta e cinco mil seiscentos e quatorze reais e sessenta e três centavos), deixaram de ser recolhidas para o RPPS, contrariando o dispositivo constitucional supramencionado e o disposto no inciso I do art. 25 da Lei Complementar Municipal nº 499/08 e nos arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 641/13. Da mesma forma, houve omissão no recolhimento das contribuições suplementares sobre a folha de pagamento dos servidores, no montante de R\$389.983,14 (trezentos e oitenta e nove mil novecentos e oitenta e três reais e quatorze centavos).

Além disso, o Poder Executivo deixou de repassar ao RPPS valores atinentes ao auxílio-doença e às aposentadorias e pensões concedidas antes da Emenda Constitucional nº 41/03, cujo custeio é de sua responsabilidade, nos termos do art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 641/13.

Diante do exposto, verifica-se que a ausência de recolhimento de contribuições e de repasse de recursos ao IPREV pelo Senhor Ari Lucas de Paula Santos, prefeito de Guiricema à época dos fatos, configuram irregularidades graves.

A responsabilização do referido agente, no entanto, deve observar o disposto no art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), o qual prescreve que “o agente

público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro”. A norma qualifica e restringe as ações que são aptas a gerar a responsabilidade pessoal do agente, pois, além de afastar a possibilidade de responsabilização objetiva, exige que o ato culposos (erro) seja “grosseiro”.

No âmbito federal, foi editado o Decreto nº 9.830/19, que regulamentou os arts. 20 a 30 da LINDB e trouxe a definição, em seu art. 12, §1º, de erro grosseiro, o qual será “aquele manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia”. O referido decreto federal aproximou, portanto, o conceito de erro grosseiro do de culpa grave.

De acordo com a lição de Sérgio Cavalieri Filho⁷, “a culpa será grave se o agente atuar com grosseira falta de cautela, com descuido injustificável ao homem normal, impróprio ao comum dos homens. É a culpa com previsão do resultado, também chamada culpa consciente, que se avizinha do dolo eventual do Direito Penal”.

Pode-se concluir, portanto, que o agente só poderá ser responsabilizado pessoalmente se sua conduta antijurídica for praticada com dolo ou culpa grave.

No caso em análise, verifica-se que os “Achados” de nºs 2.9 a 2.12 decorreram da inobservância de mandamentos legais expressos, tais como o supracitado art. 40, *caput*, da Constituição da República, o art. 25, I, da Lei Complementar Municipal nº 499/08 e os arts. 2º, 3º e 5º da Lei Complementar nº 641/13, o que evidencia, pois, a falta de cautela, inerente à culpa grave, do então chefe do Poder Executivo de Guiricema.

O responsável, ainda que não tenha agido com dolo, não se ateu às exigências previstas na legislação de regência e, embora tenha manifestado sua aquiescência em firmar o TAG, o fez ao final de seu mandato, quando já não teria mais tempo hábil para adotar as medidas necessárias à resolução dos problemas que causou. Além disso, embora citado para apresentar defesa nestes autos, o gestor quedou-se inerte (conforme certificado à fl. 128 da peça nº 50), deixando de indicar a existência de justa causa para o descumprimento de seus deveres constitucional e legal e/ou carrear aos autos quaisquer elementos que pudessem afastar sua responsabilização. Tal prática, no contexto dos autos, configura, a meu ver, erro grosseiro, autorizando a responsabilização do agente, nos termos do art. 28 da LINDB.

Desse modo, peço vênua ao relator para dele divergir quanto à mera expedição de recomendações/determinações ao responsável pelos “Achados” de nºs 2.9 a 2.12 e proponho, com fulcro no art. 83, I, c/c o art. 85, II, da Lei Orgânica desta Corte, a aplicação de multa no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais) ao Senhor Ari Lucas de Paula Santos, prefeito de Guiricema à época dos fatos, sendo R\$1.000,00 (mil reais) por apontamento.

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, peço vênua para divergir parcialmente do relator e propor que, em relação aos “Achados” elencados no relatório de auditoria e no voto do relator sob os nºs 2.9 a 2.12, relativos à ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias e de repasse de recursos legalmente previstos ao IPREV, seja aplicada multa no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais) ao Senhor Ari Lucas de Paula Santos, prefeito de Guiricema à época dos fatos, sendo R\$1.000,00 (mil reais) por apontamento.

⁷ CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 49.

Quanto aos demais pontos constantes no voto do relator, acompanho-o integralmente.

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO ADONIAS MONTEIRO:

Pela ordem, Senhor Presidente.

CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

Pois não.

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO ADONIAS MONTEIRO:

Também neste caso gostaria de pedir vênua a Vossa Excelência para alterar o meu voto e acompanhar o voto vista do Conselheiro Cláudio Terrão.

CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

Pois não.

FICA, PORTANTO, APROVADO O VOTO DIVERGENTE DO CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO. VENCIDO EM PARTE O CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA SARA MEINBERG.)

